A Questão dos Vínculos no Caso da Praça de Bolso do Ciclista e seu Entorno no Centro Histórico de Curitiba[1]

Aparecida de Fátima Gonçalves Machado NOGAROLLI[2]

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR

Resumo

O presente texto traz parte de uma pesquisa que analisa, sob o viés da comunicação, um processo social, participativo e cultural no âmbito da revitalização urbana realizada no Centro Histórico da cidade de Curitiba, capital do Paraná. Enfoca-se aqui a construção de vínculos referentes ao processo de mobilização social, de acordo com a proposta de Henriques; Braga; Mafra (2007). O conceito de experiência foi incluído nesta apuração como vínculo complementar à mobilização social, pelo entendimento de que os processos comunicacionais devem reforçar o diálogo, a cooperação e de que o modo com que este processo de vinculação se faz, determina a continuidade da mobilização para além das ações pontuais.

Palavras-chave: Revitalização Urbana; Mobilização Social; Vínculos e Experiência.

A ênfase no desenvolvimento desta pesquisa, ao se fazer uma leitura comunicacional sobre uma área urbana degradada do ponto de vista socioambiental, que deu lugar à construção de uma praça emblemática, no sentido de construir um novo sentido e gerar um novo processo de circulação de outras tribos urbanas, na rua onde se localiza no centro da cidade de Curitiba, decorre de reconhecer-se uma problemática que, simultaneamente, pode ser entendida, pesquisada e analisada, de forma a se permitir atuar e vivenciar mudanças socioculturais no âmbito da cidade contemporânea e em seus fluxos de comunicação, envolvendo diversos atores da esfera pública. Sob esta ótica, a proposta de pensar o processo de mobilização social relativo à construção da Praça de Bolso do Ciclista e à revitalização realizada na Rua São Francisco e seu entorno, pela via da comunicação, foi referenciada, estruturalmente, por uma palestra de Michel Maffesoli, denominada *O Reencantamento do Mundo*, realizada em Curitiba, em

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Assistente Social, Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná, email: aparecida@actiscomunicacao.com

5 de setembro de 2005 .Privilegia-se, portanto, o ângulo da participação das comunidades locais em espaços públicos e de que forma a comunicação se constitui neste espaço social, permitindo a visibilidade e a transformação da Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno como espaço de convergência da vida pública da cidade, mas também a organização sociocultural dos grupos presentes, como alternativa e crítica de uma realidade negociada.

Em particular, busca-se aqui trazer o estudo sobre os vínculos desenvolvidos na mobilização social em torno dessa construção coletiva da Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, iniciada por um grupo ativista local ligado à causa da bicicleta como modal de transporte urbano. A forma de apropriação do espaço em estudo se caracteriza com a tessitura de vínculos propostos por Henriques; Braga; Mafra (2007), que traz como ponto central o entendimento de como as relações e as interações favorecem a compreensão de significado e lugar, com objetivos múltiplos. Os autores compreendem os vínculos como o conjunto de relações que determinam o envolvimento dos atores com as causas e com os projetos em si, classificando-os em oito níveis, de acordo com a natureza e força. São eles: localização espacial, informação, julgamento, ação, continuidade, coesão, corresponsabilidade e participação institucional.

Também os resultados da primeira etapa da pesquisa relativa às inferências a partir dos conteúdos obtidos nas entrevistas em profundidade foram utilizados nesta análise dos vínculos. A segunda etapa situa os públicos presentes após a intervenção na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, em suas razões de uso e frequência nessa região, com base na aplicação de 41 questionários.

Portanto, esta terceira etapa da pesquisa apresenta de que forma se estabelecem determinados vínculos em relação a vários aspectos do processo de mobilização social, verificando a sustentação ou não desses aspectos. De acordo com os autores trazidos no referencial teórico, o processo de mobilização social para sua efetiva realização não pode prescindir de mecanismos que favoreçam a compreensão dos modos possíveis de se estabelecer vínculos, bem como da própria condição de pertencimento, que são essenciais para a continuidade desses projetos.

Análise dos vínculos

Neste intuito, apresenta-se uma reflexão de como os vínculos propostos são contemplados no caso da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista,

acrescentando alguns depoimentos para ilustrar essa integração dos vínculos, como forma de ampliar o entendimento de como a intervenção realizada traz desdobramentos no convívio e proximidade urbana. Ainda reflete-se uma ação dessa natureza, como manifestaram alguns dos entrevistados, na busca de alternativas para a fase que se instala após a inauguração da praça, ou seja dos usos possíveis , e onde a vinculação pode ser então o grande diferencial de sustentação de um processo desta ordem.

Primeiro vínculo: Localização espacial

A *localização espacial* relativa ao objeto desde processo de mobilização lhe dá muito significado por ter sido uma ação urbana desenvolvida no centro comercial e histórico da cidade de Curitiba, enfatizando um modo de pensar e viver a cidade, e poder trazer, para um espaço urbano e público, razões para se estabelecer a proximidade e o convívio entre as pessoas.

A espacialidade da praça, por estar situada no âmbito da própria revitalização proposta para a região, na qual a Rua São Francisco aparece como tendo vocação para compor um eixo gastronômico, faz com que sua localização ultrapasse as razões específicas de uma ação de mobilização, interligando estas ações fortemente com sua dimensão territorial, que integra o ajuste dos interesses do turismo e do consumo. Assim a localização espacial, como vínculo proposto no processo , situa interesses diversos reunidos em uma pequena área urbana, duas quadras de uma rua, ou mais especificamente a primeira quadra.

Em seu escopo estão relacionados interesses econômicos precisos que incluem novos empreendimentos imobiliários e o conjunto de bares e restaurantes ou negócios que puderam/podem ser instalados a partir desta intervenção da revitalização ampla e, na sequência, durante a instalação da Praça de Bolso, com todo o esforço já exposto.

A mobilização e a construção da praça dialogam de alguma forma com todas estas variáveis e apresentam, ao se relacionar com estas interfaces, vantagens e desafios. Sob a ótica dos negócios toda ação que crie movimento, circulação, vida ativa neste entorno, é em tese bem-vinda. Por outro lado, uma ação realizada em um espaço com visibilidade passa a ter uma área ampliada de intervenção. A praça e a Rua São Francisco, neste sentido, compõem um espaço, mesmo que seja como referência de entorno.

Considerando-se então as características de espacialidade e sociabilidade, a localização está fortemente vinculada ao processo de mobilização, pois não é possível dissociar a causa do espaço. Assim mesmo, o espaço pode e deve ser também compreendido, a partir do referencial teórico que situa os conceitos de território, espaço e territorialidade, integrando com aspectos das urbanidades, enquanto experiência do viver o urbano. Como afirma Maffesoli (2014, p. 222) "a experiência do vivido em comum é que fundamenta a grandeza da cidade." E a efervescência do espaço com a construção da praça e os seus usos, está posta com sua sedução e contradições, mas contendo acima de tudo um fluxo interativo, no qual a comunicação se coloca como pressuposto para a constituição do social.

Segundo vínculo: Informação

A *informação*, como elemento que permite o acesso de todos os interessados ao processo de mobilização social, para se inteirarem sobre o que vai acontecer, ou o que está acontecendo, também permite definir as causas e a direção do processo em curso, tanto na fase da mobilização quanto após seu término.

No caso em estudo, o processo informacional teve a peculiaridade de estabelecer como canal de informação a própria praça, por sua visibilidade urbana central, como já ficou claro na análise das categorias.

No âmbito das mídias sociais digitais, o *Facebook* teve um papel fundamental em todas as convocações para os mutirões semanais e outras ações, e, após a inauguração, os eventos que começam a ocorrer também são divulgados por essa rede, além de representarem uma forma de ocupação contínua do espaço. O GT da praça, um grupo criado no *Facebook*, ficou com a tarefa de gerir as novas ações a serem desenvolvidas após o término da ação mobilizadora principal. Um anúncio publicado no jornal local em fevereiro de 2015 apresentou um dos ativistas como embaixador da praça, sendo uma das formas encontradas para dar sustentação informacional ao processo. O lançamento do documentário da Praça de Bolso do Ciclista ocorreu em fevereiro de 2015, com uma apresentação no local. Ele representa um resgate de todo o processo de mobilização e construção e dá continuidade dos usos sobre a praça e seu entorno, constituindo, por si só, um registro informacional de memória.

O processo informacional que se estabeleceu foi de impacto, na medida em que a construção da praça teve visibilidade nas maneiras escolhidas para gerar

conhecimento e adesão, mas assim mesmo com um recorte de segmentação, pois não houve a amplitude e a profundidade de uma campanha, o que pode ter gerado certa fragmentação entre os possíveis legitimadores e beneficiados.

Terceiro vínculo: Julgamento

O *julgamento* de como o processo ocorre e pode ser avaliado pelos atores, de forma a justificar a adesão à causa, está presente nas categorias analisadas, na maneira com que as informações foram trazendo consistência para o processo decisório.

Ao se localizar a escolha e as formas de participação, é necessário considerar todo o referencial de conhecimentos e valores que podem de algum modo influir no modo como cada sujeito estabelece suas escolhas e que forma percorre o sentido das interações que ocorrem dentro de um espaço social.

No caso da Praça de Bolso, no âmbito da ideia de experiência urbana, o processo de mobilização apresenta razões para a adesão a ele, que passam pelo imaginário convocante e pelas diversas formas de diálogo que se estabelecem, favorecendo a sociabilidade neste território urbano no qual as relações se constroem. Como afirma Maffesoli (2014, p. 219-220), "[...] devemos estar atentos ao componente relacional da vida social. O homem em relação. Não apenas a relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com os outros". Assim, desde a organização anterior do grupo de ativistas, outros atores foram sendo chamados de diferentes maneiras a participarem de uma ação que traz como razão intervir e criar o convívio em um espaço público.

Essa característica de se relacionar, atribuída à ação, traz para o vínculo do julgamento toda a dimensão simbólica que está presente na praça. As relações fortalecidas entre os ativistas que referenciam o significado de "estar junto" vão sendo ampliadas para outros atores, frequentes ou circunstanciais, para este cotidiano compartilhado.

O vínculo julgamento está ligado à questão da avaliação de todo o processo de mobilização, que, por apresentar diversos momentos, não é fácil de se ajustar aos diferentes públicos envolvidos. Há depoimentos, por exemplo, ligados aos fatores de conflitos que apresentam um julgamento negativo de toda a situação; outros revelam o desejo de se buscar na negociação a via de soluções compartilhadas. Evidencia-se, assim, como o vínculo julgamento situa os valores e crenças que estabelecem diálogo,

conflito ou confronto, em momentos diferentes e consecutivos de um processo mobilizador. Ainda mais quando tal processo se desenvolve no centro de uma cidade, que, em tese, tem espaços que pertencem a todos.

Em um processo de mobilização e de continuidade de ações, a exclusão de determinados atores, como a escola no caso do espaço em estudo, são fatores que criam dissonância nos fluxos comunicacionais e rompem a coesão, fazendo com que surjam com mais força julgamentos dissonantes. Nesse caso, quando emergem conflitos a partir dos fatos e demandas de mudanças e soluções, o ator a ser chamado deveria ser a Prefeitura Municipal, como canal de intermediação e de autoridade diante das decisões negociadas e cumpridas ou não cumpridas, como a esfera de poder.

Quarto vínculo: Ação

A *ação* se concretiza na própria construção da praça, revelando a forma de organização do grupo, as articulações feitas e a disciplina do núcleo duro diante do objetivo estabelecido. A ação de mobilização tem prática inspiradora da artista urbana Mona Caron; o reforço de como as pessoas, ao se encontrarem, estabelecem relações que tornam melhor a vida na cidade. A afirmação de IQ5 pode dar a dimensão de toda a ação desenvolvida e suas especificidades, bem como as motivações e os modos de se manter o que foi construído.

> "As pessoas próximas da gente achavam a gente maluco por fazer uma coisa assim "mas vocês estão ganhando pra fazer isso?", a gente vai trabalhar e não vai ganhar nada. As pessoas ficavam rindo. A percepção foi de surpresa, era meio assim, ninguém nunca mete a mão pra fazer uma coisa pública, a não ser que seja pra você mesmo. Aqui é uma coisa no centro da cidade, é uma praça, é pública, não é da gente, é claro que eu cuido dela, vivo passando ali de bicicleta, cato lixo, a gente está sempre arrumando, não tem como desvincular. *Petit pavê* é a minha assinatura, está ali no cantinho do muro, eu desenhei, eu criei a imagem, a galera aprovou e eu coloquei o *petit-pavé*, aquilo é a minha obra de arte. Aquele muro onde está o grafite fui eu que construí, aquilo ali eu construí para as pessoas, é uma honra ter participado e agora cuidar de lá. Se eu tive a pachorra de fazer isso para as pessoas eu vou cuidar também para as pessoas." (Informação Verbal, IQ5, 2015).

A descrição detalhada do entrevistado acima pode ser relacionada aos vínculos de julgamento, informação, localização, corresponsabilidade, coesão e continuidade, ou seja, em uma única afirmação, é possível entender um processo e seus desdobramentos, que integram, também, os demais depoimentos já apresentados.

O vínculo ação deve ser considerado forte no processo de mobilização estudado, porque dá materialidade a um plano, permite que se compreenda a extensão de um ato que pressupõe os processos interacionais e comunicacionais, para a obtenção dos resultados, ou seja, a praça pronta. A noção dos mutirões continuados em todos os finais de semana, a partir de maio de 2014, mesmo com a inauguração da praça em setembro do mesmo ano, permaneceu em outras atividades como as diversas apresentações artísticas no local. O filme *Praça de Bolso do Ciclista*, produzido por um dos ativistas em fevereiro de 2015, destaca a intensidade de toda a ação, ainda mais na forma de documentário.

Quinto vínculo: Coesão

A coesão é o vínculo que situa as maneiras possíveis dos atores operarem, interligados em seus objetivos e, nesse caso, se referindo ao nível de engajamento e compromisso do grupo e dos outros autores envolvidos na construção da praça e seus usos. A questão trazida por Henriques; Braga; Mafra (2007) é que a coesão contemple ações que sejam integradas e sequenciais, ou seja, não estejam desconectadas e ou fracionadas, perdendo o sentido de conjunto e integração.

No caso da Praça de Bolso é possível identificar essa coesão desde a fase posterior à mobilização, quando dos relatos do grupo Interlux, como um coletivo que atuava com a jardinagem libertária e outras ações, com alguns participantes que compõem o núcleo duro dos ativistas. A própria dinâmica do Ciclo Iguaçu, enquanto associação, requer a unidade para poder atuar no real sentido de um grupo associativo A questão relacionada com o cicloativismo representa uma causa configurada que integra essa coesão que, ao ir além dos associados, se amplia para aqueles que, mesmo não sendo ativistas, podem reconhecer valor nessa forma de se unir em torno de uma causa em uma cidade, que passa a integrar mais os cidadãos, ou parte deles, ao constituir estas "pequenas frestas urbanas", como afirma IQ1 (2015).

É possível aqui situar o conceito de identidades coletivas (HENRIQUES; BRAGA; MAFRA, 2007), porque o coletivo por si só já estabelece a coesão, ao reforçar de que é por meio do "estar junto" que se avança para o sentido da união. Até porque essa comunidade, mesmo que não esteja presente no mesmo território, sustenta seus objetivos comuns, que vão além do espacial em direção à unidade solidária, e ultrapassa a temporalidade de uma ação específica. A coesão está então bem caracterizada em toda

a ação de construção da praça pelos diferentes atores que circularam no processo, garantindo um fluxo interacional consistente e focado na tarefa.

Em contrapartida a coesão entre outros atores do entorno, que integram os entrevistados que compõem o grupo de empresários e os moradores/vizinhos, não apresenta essa ligação, não estando presente da mesma forma.

O julgamento de alguns atores de que a ação poderia ser uma atividade de desocupados, um grupo sem nada para fazer, demonstra o desafio, inerente aos movimentos de mobilizar em torno de um objetivo de interesse público, e o grau de entendimento da causa e adesão.

Ao mesmo tempo, a proximidade aparece como alternativa, como sentido para compartilhar algo de interesse comum, que seria uma praça para todos ficarem, ou seja, de uso coletivo e, dessa maneira, interessante para muitos.

A forma como o processo ocorre após a inauguração da praça é que torna a condição de coesão mais complexa, na compreensão sobre como esse espaço público deve ser utilizado, por se tornar em alguns momentos um território de disputas. A questão que se instala é entender a melhor forma de fazer com que seja realmente possível tornar a praça um espaço de uso compartilhado, constituindo ainda a integração dos grupos que desejem ali estar, por diferentes momentos ou razões.

Sexto vínculo: Continuidade

A *continuidade* se efetiva quando as ações realizadas, articuladas pelo grupo já mencionado pelas parcerias e adesões obtidas, se constituem em uma modelagem de interações, pelas características dos atores, e revelam aspectos que serão as prováveis vias de sustentação e permanência. Ou seja, o processo de continuidade em qualquer processo de mobilização se desenha na própria ação e nas razões que a moveram. Nesse caso, marcar a causa da bicicleta, mas pelo caminho do convívio, da proximidade e dos encontros, construindo-se uma praça com a função de aglutinar. É nesse interagir, na proximidade que favorece o entendimento de que é possível continuar e a razão de se continuar, que o processo se sustenta. Esses fatores podem ser identificados no depoimento de um dos informantes, quando afirma: “Você tem que criar um vínculo com este espaço pra você dizer que você o ocupa e pra isso tem que haver algum diálogo, ou ‘eu preciso desse espaço’ ou ‘esse espaço faz parte da minha história e eu amo esse espaço’, tem que ter algum vínculo” (IQ3, 2015).

Se existiram movimentos iniciais por parte dos ativistas para incentivar os usos do local, como os eventos com música, que causavam ruídos para a escola ali situada e moradores, em uma primeira fase, após a inauguração da praça, do final de janeiro de 2015 em diante, começam também os desafios sobre o uso do espaço pelos atores já presentes, bem como por outros grupos que começam a circular, marcando seu território e sua forma de entendimento de ocupação, que, inclusive, exigiriam o cuidado permanente da polícia no local. O depoimento de IQ1, a seguir, traz esta reflexão sobre o entendimento de que a continuidade de cuidados com o lugar não pode ser destinada apenas ao grupo que agiu na mobilização da construção.

> "A praça ela continua na mídia assim, de um jeito ou de outro. Claro que você vai ter nos últimos meses várias matérias falando da questão da violência da juventude, da São Francisco, mas que é um momento que está acontecendo. O ponto que eu vejo se você pensar o tema do Jaime Lerner, da acupuntura urbana, o que é acupuntura? É você apertar um ponto e ver se a energia vai irradiar ali talvez doa mais não é mesmo? Mas daí essa energia que estava estagnada está se desdobrando. Eu vejo isso assim. Ahh, mas vocês abandonaram a praça, cara a gente trabalha, tem filho, tem... não pode agora ficar cuidando da praça pra sempre." (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Esse fato, muito embora esteja situado na relação de continuidade, mostra que há interligação direta com a questão da corresponsabilidade, uma vez que todos poderiam "ajudar a cuidar, lógico que temos grande responsabilidade nisso, os moradores, comerciantes, mas acho que os frequentadores também têm. É uma rua pública. Quando quebram luminária é dinheiro público que é gasto" (IQ6, 2015).

Em retrospectiva, o entendimento por parte dos entrevistados é de que há uma revitalização física estrutural, mas, como reforça o informante IQ6: "sobre os problemas de segurança e sociais não teve iniciativa nenhuma. A iniciativa só foi urbanística e o que se tem na região é uma questão social e de segurança" (IQ6, 2015). A continuidade fica assim caracterizada como um vínculo inerente a todo o processo de mobilização, e que vai além dele, no qual é preciso reconhecer que uma ação de intervenção pela via da mobilização em uma cidade tem como premissa essa reavaliação e retomada contínua do processo por todos os atores envolvidos.

Sétimo vínculo: Corresponsabilidade

A corresponsabilidade fica evidente na forma com que o grupo então mobilizado, como a Associação (Ciclo Iguaçu), a partir do Fórum Mundial da Bicicleta,

passa a ter consciência de sua força na obtenção de resultados e se move para essa nova ação, que traz a possibilidade de realizar o que de alguma forma foi abordado no evento, ao destacar novos modos de mobilidade urbana, como forma de ampliar a visibilidade e a corresponsabilidade frente ao tema.

A *corresponsabilidade* está relacionada, então, em como o grupo, além de se sentir corresponsável por uma ideia maior, mundial, reproduzindo-a de alguma forma na cidade de Curitiba, soube também buscar coadjuvantes para o processo. Nesse sentido, a própria Prefeitura é corresponsável assim como todos os participantes, não integrantes do grupo original, que, de alguma forma e em algum momento, participaram do processo de mobilização e construção da praça. Cada mutirão nos finais de semana, durante os dez meses de trabalho contínuo, teve atores que vinham pelos chamados realizados em diferentes canais, para muito trabalho e para a experiência de cooperar. O agir em conjunto na construção do muro, no fazer tijolo, no cavar a terra, no doar um bolo representam ações que traziam a materialidade de que é possível fazer, desde que haja o sentimento de que todos são responsáveis pelo resultado final, independentemente do tamanho da tarefa feita, como cita em algum momento o ativista IQ5: até quem soubesse contar piada para distrair quem carregava pedra seria bem-vindo.

A afirmação de IQ5, novamente, situa um dado importante sobre a questão do compartilhamento com o poder público e explicita a importância e o desafio do trabalho voluntário, que exige o mesmo compromisso de situações convencionais nos processos produtivos e de gerenciamento das ações. Assim aparece a Prefeitura Municipal de Curitiba, em sua corresponsabilidade, quando autoriza que um espaço urbano possa integrar a operação de diversos atores para construírem uma praça, um equipamento público.

Pode-se caracterizar esse vínculo como forte, pois foi a aproximação feita pelos ativistas junto ao poder público, no caso a Prefeitura Municipal de Curitiba, em uma relação diferente, em um sistema que dá poder, que possibilitou o empoderamento do cidadão. É dessa forma que se configura a condição de coordenar e sustentar uma tarefa dessa ordem, caso contrário, a ação não teria ocorrido. O sistema proposto cria uma proximidade entre as partes, para viabilizar esta fusão de interesses, no qual outros atores, inclusive construtoras, e também os empreendimentos que estavam se instalando na rua, passam a ter esse sentido da corresponsabilidade.

Oitavo vínculo: Participação institucional

Neste processo de mobilização não há, inicialmente, uma participação institucional formal, no sentido tradicional do termo instituição, conforme define a sociologia clássica, uma vez que a Prefeitura Municipal de Curitiba, a principal instituição formal envolvida, entra no processo a partir do momento da definição do espaço de construção da praça, já que se trata de uma área pública.

Mas existe o que se pode chamar de um grupo já fortemente organizado, que faz parte da associação Ciclo Iguaçu, e que, após o Fórum Mundial da Bicicleta, se move em direção a construir um espaço que reforce a ideologia da bicicleta enquanto meio de transporte, no sentido de tornar a cidade mais humana, expressa através do chamado "cidade para pessoas".

Essa organização evidencia uma estrutura, uma maneira de atuar que vem se consolidando no tempo, ou seja, essa sinergia estabelecida para uma tarefa, vem de um processo continuado, podendo remeter a uma característica "institucional", no sentido organizativo do processo. O que se pode observar é que há um coletivo de ação, um grupo aberto e flexível, próprio da cultura ciclista. E o que pode ter favorecido esta dinâmica foi uma base "institucionalizada", representada pela Associação Ciclo Iguaçu.

De outro modo, em um segundo momento, que segue a instauração da ideia de mobilização, é possível identificar o papel institucional na figura da Prefeitura Municipal de Curitiba, através de seus órgãos IPPUC, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Obras e de Trânsito. A árvore do ipê roxo, plantada no centro da praça, veio do Horto Municipal, bem como a participação de arquiteto do IPPUC, que discutiu o conceito da praça juntamente com os ciclistas. Assim, fica evidente, em depoimentos que contextualizam a forma de atuação feita, que o processo mobilizador se configurou como uma parceria, uma participação compartilhada, mas sem contratos formais, para que fosse possível dar a concretude necessária a todo o trabalho proposto. Além disso, em afirmações diversas de ativistas e dos outros entrevistados, é possível observar que a Prefeitura se beneficiou do ganho de imagem proporcionada pela construção da praça, como uma cidade inovadora, em momentos que o projeto teve visibilidade e ganhos positivos.

Ainda, o que se pode inferir, é que houve decisão e apoio, no caso da Prefeitura Municipal de Curitiba, para que a ocupação ocorresse a partir de um grupo de ativistas,

buscando trazer, num projeto de mobilização, a ideia de que a cidade pode ultrapassar o sentido do urbanismo na gestão urbana e seguir na direção das urbanidades, claramente trabalhada no teórico e nas categorias relacionadas diretamente ao urbano. Dessa forma, esse vínculo pode ser caracterizado como um vínculo forte para todo o encaminhamento realizado, mesmo sem o estabelecimento de "contratos formais" citados na definição de vínculo estabelecida por Henriques et al. (2007).

Um outro vínculo: a experiência

Além dos vínculos já analisados propostos por Henriques; Braga; Mafra (2007) sugere-se a inclusão de um novo vínculo no processo de mobilização, a partir do entendimento da autora, que permita localizar, neste caso, em uma intervenção urbana, a *experiência*. Essa proposição vem do entendimento e da observação de que o vínculo com a causa, após as dimensões festiva e espetacular, não pode prescindir de que se consolidem as relações, e este é o maior desafio, porque, para sustentar as diferenças, evidentes na alteridade, é fundamental essa dimensão da experiência, efetivada na comunicação dialógica, que favorece as trocas necessárias para sustentar as fases subsequentes de continuidade de um projeto de mobilização, que depende fundamentalmente do compromisso que se consolida nas relações.

Ao se considerar a experiência como elemento vinculante no processo de mobilização, destaca-se a comunicação praxiológica como a abordagem que acentua a importância e significado da dimensão dialógica frente ao fluxo comunicativo. Como Toro e Werneck (1997) colocam, um projeto de mobilização social apenas se sustenta por meio dos fluxos da comunicação. Ao se levar esta premissa para o caso aqui examinado, a construção da Praça de Bolso e seus usos, é necessário incluir a dimensão da experiência, elemento também inerente ao processo comunicacional, neste caráter da ação mobilizadora e, aqui especificamente, uma ação mobilizadora urbana, que pode favorecer a troca entre os sujeitos na cidade e sustentar a continuidade de um diálogo.

Destaca-se, portanto, o desafio da proposta, ao se trazer a "ênfase na dimensão objetiva da experiência, que se realiza no domínio da expressão, dos comportamentos" (FRANÇA, 2010, p. 40), uma vez que esta não se coloca somente na dimensão da ação e da subjetividade. Assim, "a experiência não se resume aos estados internos de um indivíduo e não pode ser explicada nem reduzida a uma esfera individual e subjetiva, se

é social, impessoal, ela está, por outro lado, intimamente relacionada com o processo de constituição e posicionamento dos sujeitos" (FRANÇA, 2010, p. 43).

Entende-se que, em qualquer circunstância de uma prática social na qual se pretenda o estabelecimento de um vínculo, se pressupõe a necessidade da comunicação dialógica, como integração das diferenças. Quando a questão está situada no contexto urbano, no qual as relações circulam entre o público e o privado, para se sustentarem sem os limites de interesses excludentes, é fundamental a dimensão argumentativa e a interlocução entre os atores.

A comunicação, enquanto primeira fase de concretude de um projeto de mobilização traz a visibilidade das ações e garante a aproximação com a causa, permitindo as interações expressas nas dimensões festiva e espetacular. A segunda fase constitui-se na legitimidade, que não pode prescindir da argumentação como parte estruturante daquilo que se almeja permanente. Assim, o sentido de permanência das relações na mobilização e nos usos da Praça de Bolso segue na direção dessa lógica do processo relacional e dialógico. Dessa forma, reforça-se aqui o agir comunicativo destacado por Habermas (1997), orientado para o entendimento entre as partes, e é o que de forma mais gradativa possibilita o caminho para que se obtenham resultados efetivos de longo prazo, marcando a experiência como vínculo em direção à continuidade. A fragilidade na experiência dialógica, pode não sustentar os vínculos, ainda mais em contextos urbanos.

Considerações finais

Desse modo, pode-se afirmar que é por meio da comunicação relacional, dialógica, ou seja, a práxis dos sujeitos em seus espaços de vida e em seus usos do urbano, que se acredita na continuidade em direção à corresponsabilidade e à participação institucional. Entende-se que o momento, após a fase de mobilização (que permite a intervenção, a interação), se pressupõe o confronto, nas diferenças trazidas para a relação e, somente assim, ocorre efetiva reflexão sobre a prática e como esta deve seguir. Nesse ponto, a busca do entendimento se faz essencial para sustentar o vínculo, e a continuidade das relações necessárias e possíveis. As ações de aproximação e interação de uma fase espetacular, como bem trabalhado nas análises da pesquisa, seguem na direção da argumentação, que, não somente racional, apresenta as intersubjetividades que trazem a condição paradoxal na comunicação. Portanto, o oitavo

vínculo permite aferir se ocorreu a aproximação das organizações/coletivos de ação e instituições formais que promoveram a mobilização com os demais atores envolvidos no processo, de modo que as relações de poder entre as partes estejam calcadas em decisões compartilhadas, em relação aos interesses públicos e coletivos. O caso da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista evidencia que um processo dessa natureza exige algo que não está presente na escala de vínculos: explicitar a experiência de forma específica nos processos de comunicação, e neste caso na mobilização, de forma a trazer a reflexão sobre o ato social. Quando se situa a experiência de forma específica, como um vínculo, o que se propõe é ir além da experiência que se configura em toda a ação de mobilização, caracterizada na escala de vínculos. A intenção é marcar que o desafio da sustentação de processos de mobilização reside exatamente neste ponto, da experiência do ato comunicacional enquanto possibilidade de manter as relações de continuidade. Esse aspecto é trazido pelos autores no intuito de reconhecer a importância dessa etapa, porém não se avança nesta via do como fazer. Portanto, ao se entender que é a comunicação dialógica que pode favorecer o entendimento, defende-se que a ausência desta abordagem, no caso analisado, produziu os dilemas sobre os usos da praça e da Rua São Francisco entre alguns atores que se sentiram excluídos**,** e que trazem em seus depoimentos a ausência dessa prática reflexiva que poderia sustentar a coesão.

A proposta aqui apresentada não pretende esgotar as interfaces do assunto, e sim trazer uma reflexão relacionada a uma experiência comunicacional num ambiente urbano, onde se materializa a possibilidade e o desafio dos diálogos em níveis que permitam a ação mediada também pela tensão em processos decisórios.

Referências bibliográficas

FRANÇA, V. R. V. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: SOUZA LEAL, B.; CAMARGOS MENDONÇA, C.; GUIMARÃES, C. (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 39-54.

GAZETA DO POVO. Política cidadã. Curitiba: 14 fev. 2015. Propaganda publicada no jornal Gazeta do Povo.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 57-123.

HENRIQUES, M. S.; BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para mobilização social: em busca da corresponsabilização. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massas. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NOGAROLLI, A.F.G.M. **Comunicação e ressignificação do espaço urbano: o caso da Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno no centro histórico de Curitiba.** 2016. 213f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos - Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, Unicef, 1997.

Lista de Informantes (entrevistados):
IQI – Ativista e integrante da ONG Ciclo Iguaçu.
IQ3 – Ativista e empresária na região.
IQ5 – Ativista com experiência na área de construção civil.
IQ6 – Empresária com empreendimento localizado há X anos na segunda quadra da Rua São Francisco.
IQ8– Empresário e morador com empreendimento localizado na primeira quadra da Rua São Francisco.